

## A FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E O DESENVOLVIMENTO DA BAHIA NO SÉCULO XX

Helder Castro<sup>1</sup>  
Noelio Spinola<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo procura analisar a formação do capital humano do Estado da Bahia no século XX, a partir das contribuições teóricas das áreas dedicadas ao tema, considerando a qualidade da mão de obra atuante em alguns dos principais agentes econômicos do estado. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa das contribuições teóricas das áreas de Capital Humano e de Desenvolvimento Regional, essa última com destaque para o Estado da Bahia, e uma pesquisa documental, a qual foi empreendida a partir da coleta de dados em publicações e em relatórios de alguns agentes econômicos - Centros de Serviços Compartilhados e prestadores de serviços - sobre os seus processos de recrutamento e seleção, assim como o perfil do capital humano disponível na Bahia. Concluiu-se que a formação do capital humano está associada ao desenvolvimento regional e que, no caso da Bahia, por motivos diversos, principalmente históricos, esse desenvolvimento não aconteceu como deveria. Desta maneira, os grandes agentes econômicos atuantes no estado precisam lidar com maiores custos dos programas de formação de capital humano, assim como atrasos no início de operações.

**Palavras-chave:** Capital humano; Desenvolvimento regional; Agentes econômicos; Centros de serviços compartilhados; Estado da Bahia.

### THE FORMATION OF HUMAN CAPITAL AND THE DEVELOPMENT OF BAHIA IN THE TWENTIETH CENTURY

### ABSTRACT

The study aims to analyze the formation of human capital of Bahia state in the twentieth century, from the theoretical contributions in the areas dedicated to the theme, considering the hand of the quality of active work in some of the main economic agents state. Therefore, we used a survey of theoretical contributions in the areas of Human Capital and Regional Development, the latter especially in the state of Bahia, and documentary research, which was undertaken from the data collection in publications and reports of some economic agents - Shared Services Centers and service providers - about their recruitment and selection, as well as the profile of the human capital available in Bahia. It was concluded that the formation of human capital is linked to regional development and that in the case of Bahia, for many, mainly historical reasons, this development did not happen as it should. Thus, the major economic agents in the state have to deal with higher costs of human capital training programs, as well as delays in the start of operations.

**Keywords:** Human capital; Regional development; Economic agents; Shared service centers; State of Bahia.

**JEL:** I24; I25.

---

<sup>1</sup> Administrador. Mestre em Administração e Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador – UNIFACS. E-mail: [helderuzeda@gmail.com](mailto:helderuzeda@gmail.com)

<sup>2</sup> Economista. Doutor em Geografia pela Universidade de Barcelona. Professor Titular V do Curso de Ciências Econômicas e Decano da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS. E-mail: [spinolanoelio@gmail.com](mailto:spinolanoelio@gmail.com)



## 1 INTRODUÇÃO

A atividade empresarial pode ser considerada a “chave” do crescimento e do desenvolvimento econômico. Dessa forma, os agentes econômicos também contribuem diretamente para o desenvolvimento regional, seja através da geração de empregos, do pagamento de tributos ou do fomento de todo um sistema de parceiros de negócios que, por sua vez, multiplicam esses postos de trabalho, criam novas oportunidades de exercício efetivo de atividades remuneradas/assalariadas e aumentam também a arrecadação tributária, incrementando a economia.

Inovação, criatividade e aprendizagem passaram a ter um papel fundamental no desenvolvimento regional, a partir de uma “economia baseada no conhecimento”, o que contribuiu também para explicar boa parte do crescimento econômico de países e regiões mais desenvolvidas.

A Teoria do Capital Humano, proposta por Theodore Schultz (1973), consegue dar conta de entender o ser humano como um dos principais fatores de produção de riqueza, através do conhecimento como forma de capital. Nesse sentido, a educação passou a ser valorizada como um elemento de investimento e importância no processo de desenvolvimento do país ou região, assim como nos grandes agentes econômicos.

Entende-se que o capital humano resulta do acúmulo de todos os investimentos em educação, treinamento, saúde, e outros fatores que aumentam a produtividade individual e, conseqüentemente, os ganhos.

As inversões na formação do capital humano são cada vez mais vistas como essenciais para o sucesso dos grandes agentes econômicos, os quais investem em condições de clima social e organizacional que facilitam o intercâmbio de conhecimentos (COLLINS; SMITH, 2006), pois aqueles necessitam de uma mão de obra bem formada, principalmente, considerando competências técnicas e comportamentais, para fazer funcionar suas “pesadas” estruturas de organizações, processos e sistemas.

O estudo proposto, neste documento, tem como objetivo geral analisar a formação do capital humano da Bahia, no século XX, a partir das contribuições

teóricas das áreas de Capital Humano e de Desenvolvimento Regional, considerando a qualidade da mão de obra atuante em alguns dos principais agentes econômicos desse Estado.

## **2 METODOLOGIA**

Para a elaboração deste artigo, utilizou-se uma pesquisa e análise bibliométrica, a partir das contribuições teóricas das áreas de Capital Humano e de Desenvolvimento Regional, essa última com destaque para a Bahia. Adotou-se também uma pesquisa documental, a qual foi empreendida a partir da coleta de dados em publicações e em relatórios de alguns agentes econômicos sobre os seus processos de recrutamento e seleção, assim como o perfil do capital humano disponível no estado estudado. Esta pesquisa também foi empreendida através de alguns documentos de prestadores de serviços e outros acessíveis ao público em geral, disponibilizados na Internet. Igualmente foram utilizadas as informações levantadas em processos de benchmarking<sup>3</sup> em centros de serviços compartilhados (CSC) baianos, as quais foram acessadas via registros de relatórios, apresentações, tabelas, anotações, levantamentos, mapas e processos dos Sistemas Integrados de Gestão utilizados por esses agentes. A pesquisa bibliográfica e eletrônica coletou dados, pertinentes ao assunto, em livros, dicionários, revistas especializadas ou não, jornais, teses, dissertações e publicações internas.

## **3 CAPITAL HUMANO**

A Teoria do Capital Humano foi proposta na década de 1950 por Theodore Schultz (1973), que apontou o ser humano como um dos principais responsáveis pela produção de riqueza, através do conhecimento como forma de capital. Sendo assim, a decisão de investir na capacitação do trabalhador

---

<sup>3</sup> Segundo Lacombe (2009, p. 78), benchmarking é a “[...] Técnica de fazer comparações e imitar organizações – concorrentes ou não, do mesmo ramo de negócios ou de outros – que realizem determinadas atividades com excelência e sejam reconhecidas como líderes, envolvendo a coleta de informações de uma organização e sua aplicação em benefício de outra, geralmente por meio de trocas de informação, com compromissos éticos definidos [...]”.

passa a ser uma deliberação individual ou das partes interessadas em melhorar e/ou aumentar a produtividade. A partir de então, destaca-se a importância desse capital para o crescimento econômico e a sua relação com a educação e a renda.

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que se têm [sic] desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença (SCHULTZ, 1973, p. 31).

Quando Schultz (1973) argumenta que os aumentos ocorridos na produção nacional têm ligação com o investimento em capital humano, automaticamente a educação passa a ser valorizada como um elemento de investimento e importância no processo de desenvolvimento da nação. Observa-se que Smith ([1776] 1988) abordou que emprego, mão de obra e capital devem estar equilibrados para não gerarem desigualdade no desenvolvimento do país. Enquanto que Schultz (1973) fornece ao fator mão de obra um peso maior, pois o indivíduo que investir em conhecimento passa a ter maiores rendimentos e ascensão social. Os proprietários do capital humano são os trabalhadores e esses não podem se separar de suas habilidades e, quanto mais conhecimento adquirirem, melhor será a produtividade. O trabalhador passa a investir em educação na expectativa de retornos, educação transforma-se em produto negociável. Para que a educação resulte em crescimento econômico, Schultz (1967) expressa que os investimentos devem ser de boa qualidade e corretos.

O capital humano, a despeito de intangível, é um ativo que pode ser negociado, adquirido ou comprado no mercado, dada a qualificação adquirida

pelo próprio indivíduo. Assim, entende-se que esse referido capital consiste no acúmulo de todos os investimentos em educação, treinamento, saúde (e bem-estar), migração (deslocamento) e outros fatores que aumentam a produtividade individual e, conseqüentemente, os ganhos. Sobre esses, Schumpeter (1954, p. 337) destaca

Adam Smith conclui despreocupadamente que a demanda por trabalho desde que provenha de renda do próspero, que é demanda de serviço pessoal, ou de capital do homem de negócio, que é a demanda de serviços produtivos, e desde que "o aumento da receita e do capital é o aumento da riqueza nacional", aumentará com o aumento da riqueza "e possivelmente não poderá fazê-lo sem êle [sic]".

Para Schultz (apud BRUE 2013, p. 477),

[...] os trabalhadores tornaram-se capitalistas com a aquisição de conhecimento e habilidades que tem [sic] valor econômico. Esse conhecimento e essas habilidades são, em grande parte, produto de investimento e, combinados com outros investimentos humanos, contribuem predominantemente para a superioridade produtiva dos países tecnicamente desenvolvidos. Omiti-los no estudo do crescimento econômico é como tentar explicar a ideologia soviética sem Marx.

De acordo com Goode (1959), a aquisição e a manutenção do capital humano envolvem custo econômico e a promessa de retorno futuro que podem ser estimados por um período de muitos anos.

Blundell e outros (1999) opinam que existem dois componentes principais do capital humano com grande complementariedade: a capacidade inicial do indivíduo e as competências e habilidades adquiridas através da educação formal ou treinamento no trabalho. Nessa mesma linha, Cunha (2007, p. 28) afirma que

A chave da teoria do capital humano é o conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento potencial. Conseqüentemente [sic], o investimento em educação leva a um aumento de renda futura, além de ocupar uma posição destacada no progresso das sociedades na forma de bem-estar social e inovação tecnológica.

Keynes (apud BLAUG, 1975), discutia consumo e investimentos como categorias mutuamente excludentes de dois setores da economia, são eles: família e negócios. Na visão de Blaug (1975), a educação compunha os gastos da família, tratando-se, dessa forma, de consumo, sem qualquer relação com investimentos.

Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui investimento em capital humano. Os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos são exemplos claros. Os rendimentos auferidos, por destinação prévia, por estudantes amadurecidos que vão à escola e por trabalhadores que se propõem a adquirir um treinamento no local de trabalho são igualmente claros exemplos [...]. Por estas e outras maneiras, a qualidade do esforço humano pode ser grandemente ampliada e melhorada e a sua produtividade incrementada. Sustentarei que um investimento desta espécie é o responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais do trabalhador (SCHULTZ, 1973, p. 31-32).

Schultz (1961) ainda destaca que o auto investimento pode aumentar as possibilidades de escolhas disponíveis para as pessoas e assim aumentar o seu bem-estar, salientando que o capital humano seria provavelmente a principal explicação para a diferença observada entre o resultado nacional e a soma dos incrementos em terra, homem hora e capital físico.

Ainda seguindo o raciocínio de Schultz (1973), os efeitos completos do capital humano são difíceis de observar. Existem: os efeitos internos, que aumentam a produtividade do indivíduo no qual o investimento tenha sido feito; e os externos, impactando no crescimento econômico, através do novo conhecimento.

Storberg (2002) argumenta que o conceito de capital evoluiu ao longo do tempo. O chamado neocapital é um termo que descreve com mais precisão os componentes intangíveis do capital. Esses componentes são cada vez mais vistos como essenciais para o sucesso organizacional.

Enquanto que Collins e Smith (2006) desenvolveram uma teoria de como as práticas de recursos humanos afetam as condições climáticas sociais organizacionais que facilitam o intercâmbio de conhecimentos, associando-o ao desempenho empresarial. Os estudiosos realizaram um estudo de campo com 136 empresas<sup>4</sup> de tecnologia e mostraram que as práticas e recursos humanos com base em autorização foram positivamente relacionadas aos climas organizacionais sociais de confiança, cooperação e códigos compartilhados e linguagem. Por sua vez, essas medidas de clima social da empresa estavam relacionadas com a capacidade da empresa para trocar e combinar o conhecimento.

Bernardo (apud ANTUNES; ALVES, 2004) ainda destaca a necessidade crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho, afirmando que parte importante do “tempo livre” dos trabalhadores está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra utilizada pelo capital para transferir, aos trabalhadores, as necessidades de sua qualificação.

Nas últimas décadas, para Martin e Sunley (1996), uma "nova teoria do comércio" e "nova economia de vantagem competitiva" emergiram, o que, entre outros aspectos, atribuiu uma importância fundamental para o papel com o qual a geografia interna de uma nação pode contribuir na determinação do seu desempenho comercial. Os pesquisadores em questão trazem a visão de Paul Krugman, em que, num mundo de concorrência imperfeita, o comércio internacional é impulsionado tanto por retornos crescentes e economias externas como pela vantagem comparativa. Para entender o comércio, portanto, Krugman argumenta que é necessário entender os processos os quais conduzem à concentração regional e local de produção.

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2010) abordam a diferença conceitual entre crescimento e desenvolvimento econômico, pontuando que crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção, enquanto que desenvolvimento econômico é mais amplo, argumentando que

---

<sup>4</sup> Embora a literatura venha a sugerir diferenças teóricas entre o uso dos termos ‘empresa’, ‘organização’, ‘instituição’, ‘companhia’ e ‘corporação’. Para efeitos deste trabalho, esses são utilizados como sinônimos.

[...] o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a natureza e a qualidade desse crescimento. Quando se diz que um país é desenvolvido, o que se quer ressaltar é que as condições de vida da população daquele país são boas, e quando se diz que um país é subdesenvolvido, há referência ao fato de que a maior parte da população residente naquele país tem condições de vida sofríveis (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2010, p. 58-59).

Ainda na visão de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2010), o entendimento sobre boa ou má qualidade de vida é relativo e varia entre as diferentes culturas ao longo do tempo. Por isso, a grande dificuldade em se medir o grau de desenvolvimento de um país.

Para Amaral Filho (2001), o processo de endogenização já é bastante difundido nas teorias macroeconômicas de crescimento. Esse processo, todavia, é bem menos conhecido no campo das teorias de desenvolvimento econômico regional, embora tenha sido muito importante. O pesquisador apresenta novas estratégias de desenvolvimento regional e local, estabelecendo, por exemplo, uma ponte entre autores da corrente da economia imperfeita, que romperam com a “teoria da localização tradicional”, e os evolucionistas e institucionalistas, os quais se debruçaram nos estudos dos novos fenômenos e modelos de desenvolvimento regional e local, tais como os da especialização flexível, discutindo novas formas de desenvolvimento local e regional, bem como os instrumentos de ações públicas e privadas. Segundo ainda Amaral Filho (2011, p. 262),

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

Entende-se também o desenvolvimento endógeno como um processo de crescimento e mudança estrutural que se produz como consequência das transferências de recursos das atividades tradicionais para as modernas; da utilização de economias externas e da introdução de inovações o que gera o aumento do bem estar da população de uma cidade. En ese sentido, el desarrollo local es un proceso mucho más socio-político que económico en sentido estricto. *Los desafíos son mucho más de articulación e actores y capital social, que de gestión local* (GALLICCHIO, 2004).

Baquero (1999) afirma que a despeito de não depender especificamente da gestão governamental, os processos de desenvolvimento endógeno ocorrem graças à utilização produtiva do potencial de desenvolvimento que é gerado quando as instituições e mecanismos de regulação do território funcionam eficientemente. Mas é importante notar que estes processos de desenvolvimento dependem, e muito, das construções sociais, que se expressam nas dimensões simbólicas. Assim sendo, no seu planejamento não podem deixar de ser levados em consideração fatores intangíveis que regem determinada comunidade, tais como os valores, as crenças, os ritos, a tradição, os conhecimentos atávicos, a confiança na relação comunidade / agentes, e as experiências coletivas marcantes que resultam numa teia comportamental, normalmente denominada de cultura.

O desenvolvimento endógeno também obedece a uma visão territorial (e não funcional) dos processos de crescimento e mudança estrutural, que parte de uma hipótese de que o território não é apenas um mero suporte físico dos objetos, atividades e processos econômicos, mas também que é um agente de transformação local.

Observa-se a marca da teoria Schumpeteriana do desenvolvimento capitalista em toda a formulação básica desta “teoria” do desenvolvimento endógeno. Uma teoria que não se aplica aos países subdesenvolvidos, notadamente às suas regiões mais atrasadas, como no caso do Nordeste Brasileiro o estado da Bahia.

Souza (1999, p.189) afirma que “a teoria schumpeteriana é mais adequada para países com elevado estoque potencial de empresários, com disponibilidade de capitais emprestáveis e com grandes possibilidades de criar novas tecnologias próprias”. E conclui dizendo que “essas condições nem sempre se verificam nos países subdesenvolvidos. E o problema da teoria schumpeteriana, como de qualquer outra teoria sobre o desenvolvimento econômico é a dificuldade da sua generalização”. Isto nos remete às observações de Hirschman, comentadas anteriormente.

Na década de 1990, de acordo com Souza Filho (2002), a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno se concentrou em tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo essas dispoindo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como o capital financeiro, a mão de obra ou a tecnologia.

Souza Filho (2002) também assevera que a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Sendo assim, conclui-se que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

Morgan (1997) apresenta o prisma da "região em aprendizagem", examinando algumas das implicações teóricas e políticas dessa convergência e destacando a importância do modelo interativo de inovação para o desenvolvimento regional, numa tentativa de resolver os problemas socioeconômicos de regiões industriais mais antigas.

Segundo McKinnon, Cumbers e Chapman (2002), tendo em vista a aparente mudança no sentido de uma "economia baseada no conhecimento", a capacidade das regiões para apoiar os processos de aprendizagem e inovação tem sido identificada como uma das principais fontes de vantagem competitiva. Esses pesquisadores realizaram uma avaliação crítica do trabalho recente

sobre a inovação, a aprendizagem e o desenvolvimento regional, situando isso dentro de seu contexto intelectual.

Cooke (2005) apresenta o desenvolvimento regional da economia baseada no conhecimento, destacando a construção de uma vantagem estabelecida. Para esse estudioso, o conhecimento é um fator econômico e é necessário discuti-lo para saber se as regiões fornecem um sistema relevante para o desenvolvimento econômico baseado no conhecimento.

Apesar do pessimismo de Schumpeter, assim como o de Marx, sobre o futuro do capitalismo, Brue (2013) tem contribuição geral para a economia, a qual consiste, em sua ênfase, na importância dos empreendedores e da inovações para se alcançar o crescimento econômico. Novas e melhores tecnologias explicam boa parte do crescimento econômico dos países industrializados desenvolvidos.

#### **4 DESENVOLVIMENTO DA BAHIA NO SÉCULO XX**

De acordo com Lima e Simões (2010), no período pós-II Guerra, a problemática regional foi bastante discutida por diversos estudiosos, cujas ideias influenciaram fortemente o planejamento econômico nos países periféricos, especialmente nos da América Latina.

Lima e Simões (2010, p. 5) argumentam que

O processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igual e simultânea em toda a parte. Pelo contrário, é um processo bastante irregular e [sic] uma vez iniciado em determinados pontos [sic] possui a característica de fortalecer áreas mais dinâmicas e que apresentam maior potencial de crescimento. Assim, a dinâmica econômica regional torna-se objeto de estudo bastante complexo, dadas as inter-relações existentes dentro e entre diferentes localidades e sua importância para a coesão da economia nacional.

Dessa forma, torna-se importante o conhecimento da história do país e da própria região para o entendimento do processo de desenvolvimento.

A Bahia sempre figurou entre os estados da federação com o maior número de desempregados e com baixa formação do capital humano

disponível para ingressar nos serviços público ou privado. Esse nível de formação, muitas vezes, termina comprometendo o interesse na contratação ou contribuindo, significativamente, com os custos de treinamento e desenvolvimento para o exercício de qualquer atividade profissional.

Algumas pesquisas destacam, por exemplo, o desenvolvimento desigual ocorrido no Brasil. Spinola (2009) apresenta, em seu livro *A trilha perdida: caminhos descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*, o termo “enigma baiano”, cunhado pelo ex-governador do Estado, Octávio Mangabeira (1886 — 1960) então preocupado com a estagnação da economia estadual.

Esse mesmo estudioso igualmente afirma que

[...] a pobreza na Bahia originou-se, inicialmente, no modo de produção escravagista, caracterizado pelo processo de exploração colonial realizado pelo capitalismo agrário mercantil europeu que consumiu quatrocentos anos de história brasileira. A passagem deste regime para o do trabalho livre foi marcada pela ausência de um conjunto de reformas estruturais no sistema sócio-político e econômico do país, notadamente aquelas que se faziam necessárias na área educacional e no meio rural carente de uma reforma agrária. As limitações impostas pelo sistema educacional, tanto ao longo do século XIX quanto no século XX, influenciam diretamente a mobilidade social e, conseqüentemente, a geração do emprego e da renda que, abordada, limita a criação de um mercado interno vigoroso [...] (SPINOLA, 2009, p. 85).

Nesse sentido, vale ressaltar que, o desenvolvimento econômico, que se atribui à transformação, mudança, progresso, inovação, criação e distribuição de riqueza, não ocorreu na Bahia desde a época colonial, porque a maioria da população desse estado sempre ficou à margem dos frutos das atividades econômicas existentes no país.

No entanto, o entendimento do processo de crescimento econômico da Bahia, no século XX, requer algumas referências ao cenário nacional, com destaque para os aspectos políticos, econômicos e sociais. Torna-se necessário o esclarecimento do “enigma baiano”, dos efeitos do colonialismo português e do imperialismo britânico, o capitalismo mercantil nos alicerces da escravidão e da formação das elites, o atraso no processo de substituição de

importações, entre outros. Para Spinola (2009), o fato é que a Bahia não se desenvolveu como era desejado pelos seus planejadores e governantes, apresentando, na atualidade, um quadro dramático de desigualdade social e de concentração de renda. Ainda segundo esse mesmo estudioso (p. 479),

O crescimento industrial da Bahia, até o final da década de 1960, foi uma simples ampliação da capacidade de produção, baseada na renovação da capacidade instalada de fábricas já existentes e na implantação de processos industriais de transformação complementares e empreendimentos agropecuários.

A partir da segunda metade do século XX, a Bahia foi contemplada com vários projetos industriais que tinham por objetivo a produção de bens intermediários. Nesse processo, vale a pena destacar a implantação da Refinaria de Mataripe, aproveitando a disponibilidade de petróleo existente no estado, com a formação de um complexo de minério e metal em Candeias, assim como a implantação do Centro Industrial de Aratu e do Complexo Petroquímico de Camaçari e da metalurgia do cobre. Nesse período, muitas empresas de médio e pequeno porte montaram suas operações nas mesmas regiões, normalmente, seguindo uma tendência de integração, de complementaridade ou de fornecimento aos segmentos já destacados.

Spinola (2009, p. 475) também destaca que

[...] na Bahia, o processo de concentração não foi compensado pela proliferação de indústrias de pequeno e médio porte, orientadas para operar em segmentos do mercado nacional tornados acessíveis pelo protecionismo associado com a substituição das importações. Pelo contrário, a concentração da indústria no Estado apresenta-se como uma consequência previsível da integração dos processos de produção, comercialização e financiamento dos grandes complexos industriais – como o automobilístico, o mecânico e o químico [...]

Esses novos agentes econômicos, assim como outros que vieram com o passar dos anos, com forte destaque para operações automobilísticas e de varejo, impulsionadas por políticas nacionais, precisaram de mão de obra

qualificada e como não a encontraram disponível no Estado em questão na qualidade ou quantidade necessária, fizeram vários investimentos na formação de capital humano, alguns não previstos em seus planejamentos, para garantirem suas operações, quando não importaram levas de mão de obra qualificada do Sudeste e Sul do país.

## **5 ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO CAPITAL HUMANO BAIANO**

Com já mencionado, o estudo proposto, neste documento, tem como objetivo geral analisar a formação do capital humano da Bahia no século XX, considerando a qualidade da mão de obra atuante em alguns dos principais agentes econômicos desse estado. Para tanto, além de trazer discussões teóricas acerca das áreas de Capital Humano e de Desenvolvimento Regional, faz-se necessário destacar algumas informações que contribuirão para a referida análise.

Os Centros de Serviços Compartilhados (CSC) são grandes agentes econômicos que, quando instalados, tornam-se importantes empregadores da mão de obra regional. Para Quinn, Cooke e Kris (apud MARTINS; AMARAL, 1995), serviços compartilhados é a prática em que unidades de negócios de empresas decidem compartilhar um conjunto de serviços ao invés de tê-lo como uma série de funções de apoio duplicadas dentro da própria organização.

Schulman e outros (apud BERDEJO, 2009) definem os serviços compartilhados como a concentração de recursos da empresa atuando com atividades antes espalhadas através da organização, a fim de servir a múltiplos parceiros internos a baixo custo e com alto nível de serviços, com o objetivo comum de atender os clientes externos e acrescentar valor à empresa.

É incontestável, de acordo com Frederico (2014), o fato de que os CSC se apresentam como forte tendência de mercado. Entretanto, os principais conhecimentos relacionados às suas operações ainda estão demasiadamente confusos, desordenados e, portanto, inacessíveis para a maioria dos gestores, assim como as melhores práticas de implantação e pós-implantação do modelo.

Considerando o aspecto da gestão do capital humano nos CSC, Frederico destaca que (2014, p. 76) “[...] é importante que estes colaboradores expandam sua visão para compreender que sua atividade, por mais específica que seja, contribui significativamente para o andamento de operações estratégicas da organização”. Essa pesquisadora ainda traz que a formação contínua de recursos é uma prática comum nos CSC e que esses são conhecidos como “Celeiros de Talentos”, em função do grande número de especialistas que saem da operação e passam a atuar nas áreas corporativas. Igualmente aborda que

Cada dia se torna comprovada a importância de se manter a motivação dos colaboradores crescentes para a melhoria contínua da efetividade do CSC. Esse estímulo deve ser oriundo da constante comprovação da relevância das atividades desempenhadas por esses colaboradores, cujo rendimento influencia significativamente as operações de toda a organização (FREDERICO, 2014, p. 81).

A partir daqui, expõe-se algumas poucas, mas importantes, análises de alguns agentes econômicos que empregam e são responsáveis pela “preparação profissional par a atividade” de milhares de baianos , principalmente em Salvador e sua Região Metropolitana.

O Relatório do Perfil do Capital Humano disponível em Centros de Serviços Compartilhados (INSTITUTO LEX, 2013) elaborado por um instituto de educação e desenvolvimento com atuação em cinco estados, incluindo a Bahia, identificou que todos os processos de recrutamento e seleção ocorridos em operações compartilhadas ou em CSC na Bahia, apesar dos candidatos cumprirem os requisitos de formação escolar, normalmente, de nível técnico ou superior, ocorridos entre 1990 e 2010, apresentaram deficiências de competências técnicas e comportamentais, que seriam tratadas posteriormente.

Ao se considerar um total de 100% de competências desejadas para o exercício de determinada função e sabendo-se que já seria esperado um nivelamento de cerca de 30% das competências comportamentais e de 50%

das competências técnicas (uma vez que essas envolvem um conhecimento mais específico no manuseio de equipamentos, na utilização de sistemas informatizados etc.), os números baianos foram, consideravelmente, menores do que os dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco.

O mesmo Relatório (2013) também apresentou que essas operações na Bahia precisaram de um incremento médio de 45% dos recursos financeiros previstos para os seus programas de formação de capital humano, assim como um retardo de 90 a 180 dias para o alcance de uma atividade considerada plena, a partir da capacidade instalada. Em Minas Gerais, por exemplo, esse percentual foi de 13% e o tempo médio de retardo foi de 30 dias, demonstrando que, basicamente, com uma mesma formação escolar, o mineiro está melhor preparado para assumir tarefas em um menor espaço de tempo.

Ainda destaca a dificuldade que muitos graduados no Ensino Superior possuem em se comunicar de forma correta, através da fala e da escrita. O Relatório (2013, p. 47) apresenta a existência de “[...] graves problemas de Língua Portuguesa, além de dificuldades na interpretação de textos”. Além disso, aborda também as limitações com a Matemática, assim como Raciocínio Lógico e Analítico, no entanto, sem pontuá-los em índices ou comparações com números dos demais estados.

O fato é que, ainda hoje, algumas funções mais executivas de importantes empresas que operam em território baiano são exercidas por profissionais egressos de outros estados.

Apesar do “baixo” desenvolvimento, a Bahia também sedia empresas que prestam serviços em todo o país. São agentes que desenvolveram técnicas ou produtos que os tornaram, altamente, competitivos em áreas como auditoria, consultoria e tecnologia tributária etc. Uma dessas empresas, segundo a análise do seu programa de formação do capital humano, possui cerca de 150 funcionários e mantém, permanentemente, 20 vagas abertas que não consegue preencher, uma vez que existe uma deficiência interna na formação desse capital. Segundo o seu diretor executivo, “[...] precisamos de

profissionais mais prontos. Hoje, os recém-formados em Contabilidade ou Direito, por exemplo, não sabem o que é o Sistema Público de Escrituração Digital, em vigência desde 2009” (OFICINA DE EMPRESAS, 2010).

Isso demonstra que existe também uma deficiência nas grades curriculares dos cursos de Ensino Superior, contribuindo para o baixo nível de formação do capital humano baiano. Desta forma, as empresas que decidem, através de suas estratégias de negócios ou de incentivos fiscais, entre outros, se instalar na Bahia e, quando iniciam os seus processos de recrutamento e seleção, percebem que a mão de obra disponível está aquém do previsto, sendo necessária a intensificação dos programas de formação do capital humano, que terminam por complementar a educação básica, fundamental ou superior. Isso termina por onerar o processo, além de posterga o início de algumas operações, muitas vezes, concorrendo contra a atração de novos negócios e, conseqüentemente, com o desenvolvimento regional.

A bem da verdade estes resultados não são de espantar pois o descaso dos organismos públicos pela educação na Bahia traduz uma prática que se inseriu na cultura do estado.

Como relata Spinola (2009, p.90) tratando-se da elite dirigente e de seus aderentes, também quando se investigam as raízes do problema da perda de dinamismo e de competitividade da Bahia no século XX, não se pode desprezar outro efeito da formação humanista por esta recebida nos primórdios da colonização, fortemente influenciada pelos colégios jesuítas, que legaram o espírito bacharelesco que as dominou até, pelo menos, a segunda metade do século XX.<sup>5</sup>

Se em vez dos jesuítas tivéssemos como fundadores da cultura nacional os oratorianos, muito mais permeáveis à adoção no ensino das ciências, muito mais abertos ao iluminismo do que a escolástica, então a coisa teria sido diferente. Diferente para a sociedade brasileira e para o brasileiro enquanto cidadão. (OLIVEIRA, 2005, p.30).

---

<sup>5</sup> Dos nove governadores que administraram a Bahia entre 1900 e 1930, oito eram advogados alguns dos quais juristas ilustres.

A primeira universidade baiana surgiu em 1947 e somente veio a tomar corpo na década seguinte. Permaneceu solitária no cenário estadual até o final da década de 1960 quando quatro outras universidades vieram a lhe fazer companhia. Assim mesmo, em 2007, na capital do estado, as 51 Instituições de Ensino Superior existentes representavam 2,2% do total das 2.281 IES brasileiras e 42,1% do total de IES da Bahia (MEC/INEP)

O principal Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CEPED) criado em 1970 para dar suporte ao parque industrial que se implantava na Região Metropolitana de Salvador foi desmobilizado e sucateado em função de sombrias maquinacões políticas. Sua ação hoje é suprida por outro Centro criado pela Federação das Indústrias, que, dadas idiosincrasias locais, não colabora com a Universidade Federal da Bahia e as demais IES baianas.

## **6 CONCLUSÕES**

Conclui-se que o Capital Humano, a partir das discussões teóricas apresentadas neste artigo, aponta o ser humano como um dos principais fatores de produção de riqueza e, conseqüente, desenvolvimento econômico e regional, através do conhecimento como forma desse capital. Com isso, a educação passou a ser valorizada como um elemento de investimento e importância no processo de desenvolvimento não somente do país ou região, mas também nos grandes agentes econômicos.

Além disso, a atividade empresarial, considerada importante alavanca para o crescimento e desenvolvimento econômico e os aumentos ocorridos na produção do país ou região, assim como nos agentes em questão, têm ligação com o investimento em capital humano, através dos programas de formação ou de aperfeiçoamento profissional.

É importante também destacar a relevância do conhecimento da história do país ou região para o entendimento do processo de desenvolvimento, destacando aqui o capital humano disponível, o que possibilita aumento na assertividade de decisões futuras, principalmente, considerando os investimentos de grandes agentes econômicos em expansões ou novas operações.

A Bahia não se desenvolveu como deveria e, para entender o seu processo de crescimento econômico no século XX, são necessárias algumas referências ao cenário nacional, com destaque para os aspectos políticos, econômicos e sociais.

Os grandes agentes econômicos atuantes nesse Estado enfrentam dificuldades para encontrar mão de obra qualificada. São profissionais formados, sem as devidas competências técnicas ou comportamentais para exercerem funções empresariais. Vale a pena destacar que as limitações perpassam também aspectos da formação mais básica, neste caso, como Língua Portuguesa e Matemática.

Com isso, os agentes econômicos terminam investindo mais recursos nos seus programas de formação de capital humano, atrasando também o início de algumas operações ou o alcance de atividades plenas, considerando a capacidade instalada.

São problemas estruturais, muitos de contexto histórico, outros, certamente, pela falta de políticas de educação ou de formação profissional adequadas, que contribuem para retirar a Bahia do interesse de grandes grupos econômicos em instalar ou manter operações no estado.

## REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, v. 23, p. 261-286, dez. 2001.

ANDERSSON, Ake. Creativity and regional development. **Papers of the Regional Science Association**, v. 56, n. 1, p. 5-20, dec. 1985. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/BF01887900>>. Acesso em: 24 set. 2015.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **E ducação e sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio./ago. 2004.

BERDEJO, Ludwig Miguel Agurt. **Fatores de resistência ao processo de implementação de um centro de serviço compartilhado**: uma abordagem segundo a Teoria Institucional. 2009. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde.../Ludwig.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

BLAUG, M. **Introdução à economia da educação**. Tradução Leonel Vallandro e Volnei Alves Correa. Porto Alegre: Globo, 1975.

BLUNDELL, Richard et al. Human Capital Investment: the returns from education nad training to the individual, the firm and the economy. **Fiscal studies**, London, v. 20, n. 1, p. 1-23, 1999.

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. Tradução Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

COLLINS, Christopher J.; SMITH, Ken G. Knowledge Exchange and Combination: The Role of Human Resource Practices in the Performance of High-Technology Firms. **The academy of management journal**, v. 49, n. 3, p. 544-560, jun. 2006. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/20159780?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/20159780?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 5 out. 2015.

COOKE, Philip. Regional Development in the Knowledge-Based Economy: The Construction of Advantage. **The journal of technology transfer**, v. 31, n. 1, p. 5-15, nov.2005. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s10961-005-5009-3>>. Acesso em: 25 set. 2015.

CUNHA, J. V. A. **Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP**: análise sob a óptica da Teoria do Capital Humano. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade São Paulo, São Paulo: 2007.

FREDERICO, Vanessa Kelly S. **Centro de serviços compartilhados: melhores práticas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

GOODE, Richard B. Adding to the Stock of Physical and Human Capital. **The American Economic Review, Pittsburgh (RUS)**, v. 49, n. 2, p. 147-155, May, 1959.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marcos A. S. de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO LEX. **Relatório do perfil do Capital Humano disponível em centros de serviços compartilhados**. São Paulo: Instituto Lex, 2013.

LACOMBE, Francisco. **Dicionário de negócios**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 1, n. 21, p. 1-15, jul. 2010.

MARTIN, Ron; SUNLEY, Peter. Paul Krugman's Geographical Economics and its implications for regional development theory: a critical assessment. **Economic Geography**, v. 72, n. 3, p. 259-292, jul. 1996.

Disponível em:

<[http://www.jstor.org/stable/144401?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/144401?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 20 set. 2015.

MARTINS, Vicente de Paula; AMARAL, Francisc Piedade. A consolidação da prática de serviços compartilhados. **eGestão: revista eletrônica de Gestão de Negócios**, Santos, SP, v. 4, n. 1, p. 158-18. 1995.

MACKINNON, Danny; CUMBERS, Andrew; CHAPMAN, Keith. Learning, innovation and regional development: a critical appraisal of recent debates. **Progress in Human Geography**, v. 26, n. 3, p. 293-311, June. 2002.

Disponível em: <<http://phg.sagepub.com/content/26/3/293.short>>. Acesso em: 30 set. 2015.

MORGAN, Kevin. The Learning Region: Institutions, Innovation and Regional Renewal. **Regional Studies**, v. 41, Supplement 1, p. 147-159, March, 2007. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00343409750132289>>. Acesso em: 15 set. 2015.

OFICINA DE EMPRESAS. **Análise do Programa de Formação do Capital Humano da Lex Consult**. Salvador: Oficina de Empresas, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. **História da análise econômica**. Tradução Missão Norte-Americana da Cooperação Econômica e Técnica no Brasil (USAID). São Paulo: Fundo de Cultura, 1954.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Tradução P.S. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 1-17, mar. 1961.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. Tradução Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (V. 1).

SOUZA FILHO, Jorge Renato de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRS, 2002.

SPINOLA, Noelio D. **A trilha perdida**: caminho e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Unifacs, 2009.

STORBERG, Julia. The Evolution of Capital Theory: A Critique of a Theory of Social Capital and Implications for HRD. **Human resource development review**, v. 1, n. 4, p-468-499, Dec. 2002. Disponível em: <<http://hrd.sagepub.com/content/1/4/468.full.pdf+html>>. Acesso em: 5 out. 2015.